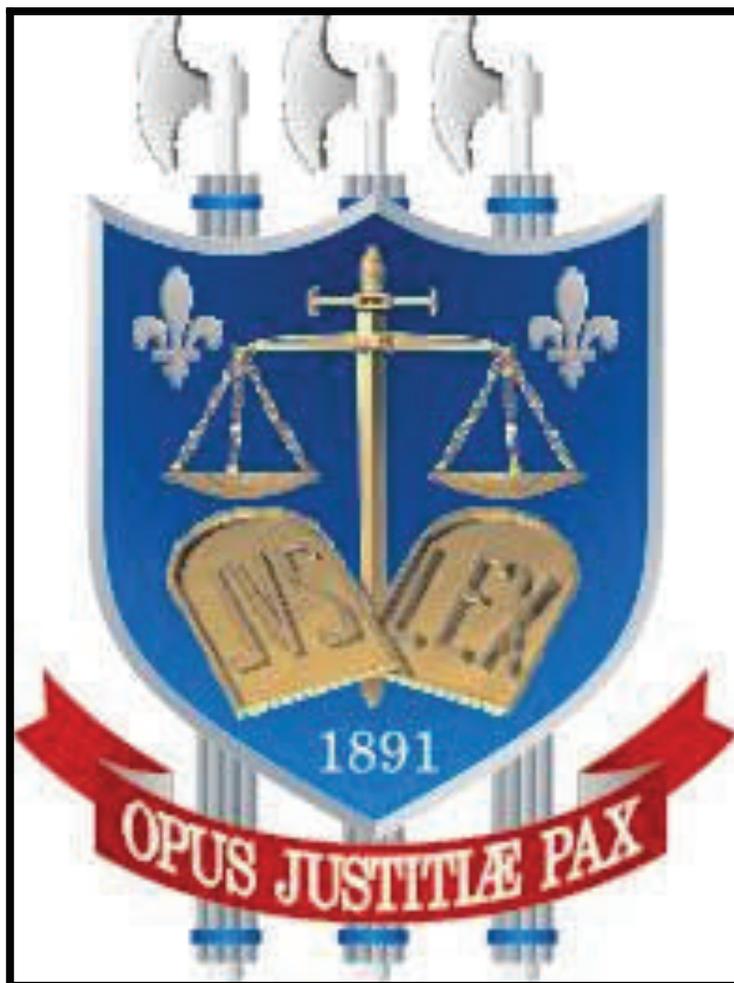


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONCURSO PÚBLICO - 2008

PROVA TIPO 1



PROVA TIPO 1

DIA - 28/09/2008

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
CONCURSO PÚBLICO - 2008
FOLHA GABARITO (RASCUNHO)

1-	26	51-	76-
2-	27	52-	77-
3-	28	53-	78-
4-	29	54-	79-
5-	30	55-	80-
6-	31	56-	81-
7-	32	57-	82-
8-	33	58-	83-
9-	34	59-	84-
10-	35	60-	85-
11-	36	61-	86-
12-	37	62-	87-
13-	38	63-	88-
14-	39	64-	89
15-	40	65-	90-
16-	41	66-	91-
17-	42	67-	92-
18-	43	68-	93-
29-	44	69-	94-
20-	45	70	95-
21-	46	71-	96-
22-	47	72-	97-
23-	48	73-	98-
24-	49	74-	99-
25-	50-	75-	100-

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o Texto 01 e responda às questões de 01 a 11.

TEXTO 01

TCU identifica pagamentos irregulares a servidores do TJ do Maranhão

Sílvia Freire

Folha On Line (27 de junho de 2008)

Uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) identificou pagamentos irregulares a servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão no valor total de R\$ 90,5 milhões, ocorridos entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006, além de um excesso de funcionários comissionados.

A auditoria na folha de pagamento do TJ-MA foi realizada em abril de 2007, a pedido do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a partir de denúncias de irregularidade apresentadas pela Amma (Associação dos Magistrados do Maranhão) sobre contratação de servidores comissionados.

Entre as irregularidades encontradas pelos técnicos do TCU está a permanência de 224 servidores na folha de pagamento mesmo depois de exonerados. Alguns deles eram parentes de magistrados e de diretores do tribunal que deixaram os cargos com base na resolução do CNJ, que proibiu o nepotismo no Judiciário. Foram detectados também gratificações irregulares, duplicidade em remunerações, pagamento de adicional de insalubridade a servidores inativos e inclusão de 15 servidores fantasmas na folha.

O PCA (Processo de Controle Administrativo) instaurado no CNJ para investigar a denúncia foi analisado pelos conselheiros na última terça-feira. Segundo o acórdão do relator, conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, aprovado pelos demais conselheiros, os desembargadores que presidiam o TJ no período no qual foram encontradas as irregularidades já estão aposentados e não podem ser punidos pelo CNJ.

O acórdão, no entanto, determinou que o relatório do TCU seja encaminhado ao Ministério Público do Estado para apuração de possíveis crimes contra a administração pública. "São graves as denúncias e claro prejuízo ao erário causado. Há também inúmeros vestígios que sugerem a participação dos então presidentes do Tribunal de Justiça", diz um trecho do acórdão.

Para o juiz Gervásio Protásio, presidente da Amma, o dinheiro pago irregularmente a servidores poderia ter sido usado para reduzir as carências estruturais do Judiciário maranhense. "Todos os desvios administrativos têm reflexo na prestação de serviço jurisdicional. O Maranhão tem muita dificuldade para executar um serviço de excelência por falta de estrutura. Temos comarcas sem internet, com dificuldade de transporte e com falta de material de expediente", disse o juiz.

Segundo a assessoria de imprensa do TJ-MA, o desembargador Raimundo Cutrim, atual presidente do tribunal, deverá se manifestar hoje sobre o acórdão do CNJ.

(Adaptado de <http://www.jusbrasil.com/noticias/38373>, acessado em 22 de julho de 2008)

01 - Sobre a forma de organização das idéias do texto é correto afirmar que:

- I – Há dois planos de desenvolvimento das idéias: a identificação de irregularidades por parte do TCU em relação aos servidores do TJ-MA e a investigação de denúncia instaurada no CNJ pelo PCA.
- II – Há uma idéia central: a identificação de irregularidade no pagamento de servidores do TJ do Maranhão e a sentença proferida pelo relator Felipe Locke Cavalcanti
- III – Há uma conclusão sumária sentenciada pelo juiz Gervásio Protásio que responsabiliza tais irregularidades como impedimento para a redução das carências estruturais do Judiciário maranhense.
- IV – O tema subjacente à matéria evidencia aspectos da corrupção brasileira como extensiva ao poder Judiciário e possíveis impunidades segundo o amparo da lei.

Estão corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

02 - Assinale a alternativa correta em relação ao uso dos termos *também* (3º §) e *já* (4º §) no texto:

- a) Acrescenta força argumentativa às idéias expostas pela autora.
- b) Reforça o sentido do termo anteriormente expresso.
- c) Modifica os verbos a que se referem “foram detectados” e “foram encontradas” respectivamente.
- d) Denota a certeza com que os argumentos da autora podem ser comprovados.
- e) Expressa um sentimento de impunidade com relação à idéia defendida pela autora.

03 - Analise como verdadeira (V) ou Falsa (F) as proposições sobre o texto:

I – A denúncia da Amma contra o TJ- MA é procedente e o acórdão do relator sentenciou as irregularidades.

II – O presidente da Amma alega que os desvios administrativos impedem a execução de um serviço de excelência no Maranhão.

III – A análise do PCA conclui que os desembargadores implicados não poderão ser punidos pelo CNJ em função de estarem aposentados.

IV – O juiz Gervásio Protásio insinua que outro destino dado à verba gasta indevidamente reduziria as carências estruturais do Judiciário no Estado.

A seqüência correta é:

- a) V-F-V-F.
- b) V-F-V-V.
- c) F-V-V-V.
- d) F-V-V-F.
- e) F-F-V-V.

04 - As afirmações sobre a presença dos verbos na matéria estão corretas, EXCETO:

- a) Os verbos que aparecem no tempo presente servem não só para enunciar um fato atual como também para corroborar os fatos relatados na notícia.
- b) A predominância do tempo verbal no pretérito perfeito na matéria confere-lhe um caráter de conclusão óbvia dos fatos implicados.
- c) A presença do verbo “sugerem” (5º §) no trecho relatado do acórdão insinua a participação de alguns presidentes do Tribunal de Justiça sem força de acusação.
- d) A ação de dizer representada no texto, em duas ocorrências (5º § e 6º §), destaca informações distintas, mas correlacionadas entre si.
- e) O uso dos verbos “poderia” e a repetição do verbo “ter” (6º §) pelo presidente da Amma caracteriza a variedade de uso do português segundo um tratamento informal.

05 - Assinale a alternativa que explica as concordâncias dos termos **Foram detectados** (3º §):

- a) Trata-se de um caso particular de concordância de locução verbal permitindo ambas as flexões: singular ou plural.
- b) Trata-se de concordância com um termo não expresso no texto, um caso de sujeito indeterminado.
- c) Trata-se de concordância com um termo não expresso no texto, mas depreendido a partir do título.
- d) Trata-se de um caso de concordância de sujeito posposto ao verbo e de concordância com adjetivo que caracteriza um sujeito múltiplo.
- e) Trata-se de um caso de concordância com mais de um sujeito e de concordância com adjetivo que caracteriza o sujeito mais próximo.

06 - Assinale a idéia que traduz a expressão destacada em “são graves as denúncias e claro prejuízo ao **erário** causado” (5º §):

- a) Diz respeito à captação de recursos públicos ou títulos necessários para financiar atividades do Tribunal de Contas da União.
- b) Trata-se das finanças do Estado que se encontram prejudicadas pelo escoamento indevido da verba pública.
- c) Corresponde ao recibo de salário indevido pelos servidores públicos envolvidos.
- d) Consiste em comprovante de rendimentos que o Estado precisa emitir para seus funcionários.
- e) Corresponde ao salário ou remuneração paga de forma indevida a funcionários públicos, causando graves prejuízos à Nação.

07 - As alternativas abaixo explicam o emprego dos termos destacados do fragmento que segue, EXCETO:

“**Alguns**⁽¹⁾ **deles**⁽²⁾ eram parentes de magistrados e de diretores do tribunal **que**⁽³⁾ deixaram **os**⁽⁴⁾ cargos com base na resolução do CNJ, **que**⁽⁵⁾ proibiu o nepotismo no Judiciário” (3º §).

- a) A ocorrência (1) identifica-se como um pronome indefinido com valor de pronome adjetivo, pois funciona como modificador do termo que o acompanha, conferindo a este um caráter positivo.
- b) A ocorrência (2) é a fusão de uma preposição com um pronome pessoal que se refere, no texto, ao termo anteriormente expresso no plural “servidores”.
- c) A ocorrência (3) é um pronome relativo com duplo funcionamento: representar o substantivo “parentes”, anteriormente citado, e servir de elo subordinante da oração que inicia em “que deixaram os cargos com base na resolução do CNJ”.
- d) O termo (4) designa um pronome pessoal oblíquo cuja função é completar o sentido do verbo “deixaram”
- e) O termo (5) é um pronome relativo que se refere ao substantivo anteriormente citado “resolução” além de introduzir uma nova idéia “proibiu o nepotismo judiciário”.

08 - Analise as proposições como verdadeira (V) ou Falsa (F):

- I– O grupo de palavras /técnicos/vestígios/denúncias/servidores/ é representativo de encontros consonantais que se separam.
- II– Os termos /folha/Maranhão/reflexo/tribunal/ identificam-se como dígrafos que não se separam.
- III– Os termos /inclusão/presidente/duplicidade/público/ ilustram a presença de encontros consonantais que não se separam.
- IV– A seqüência de termos *excesso/pagamento/irregularidades/excelência* é constituída de dígrafos que se separam.

A alternativa correta é:

- a) F-V-V-F. b) F-F-V-V. c) V-V-F-F. d) V-F-F-V. e) F-V-F-V.

09 - Assinale a alternativa que explica o valor do uso de “**no entanto**” (5º §) no texto em análise:

- a) O acórdão, apesar do risco de não punir os desembargadores possivelmente implicados, determinou o encaminhamento do relatório para averiguação das irregularidades cometidas contra a administração pública.
- b) O acórdão, pois, negou a possibilidade de punição para com os desembargadores aposentados, mesmo denunciando-os pelas práticas irregulares contra a administração pública.
- c) O acórdão tanto reúne provas contra os desembargadores que será encaminhado ao Ministério Público do Estado.
- d) O acórdão ou reunirá provas contra os desembargadores aposentados ou encaminhará ao Ministério público um relatório com as devidas providências a serem tomadas.
- e) O acórdão, assim como o relatório encaminhado ao TCU, será encaminhado ao Ministério Público para apuração dos possíveis crimes contra a administração pública.

10 - Sobre a ocorrência da vírgula (3º §) é correto afirmar:

- a) Tem função restritiva no primeiro caso e valor enumerativo nas outras ocorrências.
- b) É usada para separar elementos de orações diferentes com a finalidade de realçá-los.
- c) Funciona como uma explicação para o termo anteriormente mencionado e nos demais para separar elementos que possuem a mesma função com valor enumerativo.
- d) Emprega-se no primeiro caso para isolar uma oração com valor explicativo e nos demais para justificar a supressão do verbo a que se referem os termos.
- e) Serve para realçar a oração deslocada no primeiro caso e para isolar os elementos repetidos, representados numa mesma área de significação: *gratificações, remunerações e pagamentos*.

11 - Analise as proposições acerca do fragmento que segue e julgue verdadeiras (V) ou falsas (F).

“Há também inúmeros vestígios que sugerem a participação dos então presidentes do Tribunal de Justiça, diz um trecho do acórdão”. (5º §).

I - A flexão dos verbos **sugerir** e **dizer** ocorre em concordância com os termos que o antecedem, **que** e **presidentes do Tribunal de Justiça**, respectivamente.

II – A presença do advérbio **então** tem valor enfático e temporal e remete a um momento anterior ao fato narrado.

III – A flexão de número do verbo **“diz”** exige igualmente a flexão de número em **“um trecho do acórdão”** com o qual concorda .

IV - A flexão de número dos termos **participação** e **acórdão** ocorre de forma semelhante, mudando a terminação para **-ões: participações e acórdões**.

A seqüência correta é:

- a) F-V-F-V. b) F-V-V-V. c) V-V-F-F. d) F-V-V-F. e) V-F-V-F.

12 - As opções que preenchem adequadamente os espaços do fragmento abaixo são prototípicas de um fenômeno denominado em língua portuguesa de:

O ____ (acidente/incidente) que causou a ____ (delação/dilação) do presidente da Amma revela uma ____ (contravenção/contraversão) dos magistrados por muito tempo no estado do Maranhão. As ações consideradas ____ (imorais/amorais) foram apreciadas pelo PCA, cujo relator, o conselheiro Felipe L. Cavalcanti que, ____ (ao encontro de/de encontro a) lei, ____ (aferir/auferir) resultados dignos de um ____ (censo/senso) de justiça exemplar.

- a) Sinônimos.
b) Homônimos homófonos.
c) Homônimos homógrafos.
d) Antônimos.
e) Parônimos.

13 - Assinale a alternativa que reúne as escolhas adequadas para o preenchimento dos espaços no fragmento anterior:

- a) O **incidente** que causou a **dilação** do presidente da Amma revela uma **contraversão** dos magistrados por muito tempo no estado do Maranhão. As ações consideradas **imorais** foram apreciadas pelo PCA, cujo relator, o conselheiro Felipe L. Cavalcanti que, **de encontro à** lei, **aufere** resultados dignos de um **censo** de justiça exemplar.
- b) O **incidente** que causou a **delação** do presidente da Amma revela uma **contravenção** dos magistrados por muito tempo no estado do Maranhão. As ações consideradas **imorais** foram apreciadas pelo PCA, cujo relator, o conselheiro Felipe L. Cavalcanti que, **ao encontro da** lei, **afere** resultados dignos de um **senso** de justiça exemplar.
- c) O **incidente** que causou a **dilação** do presidente da Amma revela uma **contraversão** dos magistrados por muito tempo no estado do Maranhão. As ações consideradas **amorais** foram apreciadas pelo PCA, cujo relator, o conselheiro Felipe L. Cavalcanti que, **de encontro à** lei, **afere** resultados dignos de um **senso** de justiça exemplar.
- d) O **acidente** que causou a **delação** do presidente da Amma revela uma **contravenção** dos magistrados por muito tempo no estado do Maranhão. As ações consideradas **amorais** foram apreciadas pelo PCA, cujo relator, o conselheiro Felipe L. Cavalcanti que, **ao encontro da** lei, **aufere** resultados dignos de um **censo** de justiça exemplar.
- e) O **acidente** que causou a **dilação** do presidente da Amma revela uma **contravenção** dos magistrados por muito tempo no estado do Maranhão. As ações consideradas **imorais** foram apreciadas pelo PCA, cujo relator, o conselheiro Felipe L. Cavalcanti que, **de encontro à** lei, **afere** resultados dignos de um **censo** de justiça exemplar.

Leia o Texto 02 e responda às questões de 16 a 20.

TEXTO 02

Receita contra a corrupção

Estudioso aponta os caminhos para manter sob controle a doença que hoje toma dos brasileiros R\$ 10 bilhões por ano

Ricardo Taffner

A melhor forma de controlar a corrupção é a punição exemplar dos envolvidos. A prisão e, sobretudo, o confisco de patrimônio são as penas mais indicadas aos corruptos, afirma o promotor de Justiça de São Paulo, Roberto Livianu. Para ele, a sensação de impunidade tem sido um dos principais fatores de incentivo ao crime.

“Vivemos no Brasil uma crise ética profunda e que se manifesta na falta de uma linha divisória entre a esfera pública e a privada”, afirma. Também condena o nepotismo, que considera “uma das práticas de corrupção”. E destaca a importância de reduzir os cargos comissionados, que, no seu entender, contribuem para criar um ambiente favorável à dilapidação dos recursos públicos.

Os países do mundo que adotaram planos eficientes de combate à corrupção conseguiram reduzir o número de corrupção com o enxugamento de cargos de confiança. No Brasil, o movimento tem sido o contrário.

A existência desse número exagerado de cargos, sem sombra de dúvidas, cria um ambiente propício para a prática de nepotismo. Colocando na administração pública pessoas selecionadas não pelo seu mérito e capacidade, mas por terem ligação com os detentores do poder de nomear. E o nepotismo é uma das práticas de corrupção.

Sobre alguma maneira de acelerar os processos contra a corrupção, ele afirma, “Uma encruzilhada é a abrangência da lei de improbidade administrativa, que está em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Ela é a principal ferramenta jurídica de combate à corrupção. Permite punição rápida com responsabilidade objetiva, com inversão do ônus da prova em relação ao enriquecimento ilícito. Essa lei está colocada em xeque por um ex-ministro do Fernando Henrique [o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Ronaldo Sardenberg] que postula que a lei não valha para ocupantes de cargos de primeiro escalão e só se aplique para o andar de baixo. A prevalecer esse entendimento, vamos ter a impunidade como regra. Porque a lei não poderá mais alcançar os ocupantes de cargos de poder importantes dentro da República”.

(<http://congressoemfoco.ig.com.br/Det.Questaodefoco>; acessado e adaptado em 28 de julho de 2008)

16 - A leitura do texto permite afirmar que o autor tem por objetivo apresentar:

- a) Formas de denunciar práticas corruptas no meio político.
- b) Reflexões para o entendimento e ruptura de formas de corrupção.
- c) Análise de planos contra a corrupção que deram certo em outros países.
- d) Uma definição de corrupção e diversas formas de reduzir sua prática.
- e) Adesão à lei de improbidade administrativa inválida para todos os comissionados.

17 - As alternativas que seguem são justificativas que condenam a prática do nepotismo conforme o texto 02, EXCETO:

- a) Prejudica a imagem do Brasil frente a outros países que conseguiram reduzir o número de cargos comissionados.
- b) Acelera o enxugamento de cargos de confiança no Brasil assim como em outros países.
- c) Abrange a lei de improbidade administrativa, funcionando como ferramenta jurídica.
- d) Incentiva a impunidade como um dos principais fatores de incentivo ao crime.
- e) Propicia um ambiente favorável à dilapidação dos recursos públicos.

18 - Analise as proposições acerca dos Textos 01 e 02 e marque V, para as verdadeiras, e F, para as falsas.

I – O Texto 01 ratifica a lei de improbidade administrativa de que trata o Texto 02.

II – O Texto 01 retifica possíveis injustiças a serem cometidas pelo STJ aos servidores públicos de qualquer escalão.

III – O Texto 02 apresenta uma opinião que vai de encontro à punição de práticas corruptas pela aplicação da lei de improbidade administrativa.

IV – O Texto 02 revela um posicionamento ao favorável à ocupação de cargos públicos pelo mérito e capacidade de cada servidor.

A seqüência correta é:

- a) V-V-F-F.
- b) V-F-F-V.
- c) V-V-F-V.
- d) F-F-V-F.
- e) F-F-F-V.

19 - Assinale a alternativa em que o grupo de palavras justifica o entendimento do termo “corrupção”, no texto, como uma doença:

- a) Receita/controlar/crise/reduzir/combate.
- b) Caminhos/patrimônio/esfera pública/ambiente/mundo.
- c) Punição/prisão/impunidade/crime/dilapidação.
- d) Nepotismo/cargos comissionados/recursos públicos/lei de improbidade.
- e) Estudioso/brasileiros/promotor de justiça/países/planos eficientes.

20 - Assinale a alternativa em que um possível texto de agradecimento dirigido ao promotor entrevistado (Texto 02) encontra-se conforme a norma culta vigente:

a)

Meritíssimo Senhor Promotor de Justiça
Roberto Livianu

Venho de público demonstrar a grata satisfação pelo interesse de Vossa Excelência em refletir e divulgar opiniões sobre um assunto que traz grave consequência para a sofrida população brasileira. Confiantes em ações dessa natureza, servidores públicos quer da área jurídica quer da área administrativa sentir-se-ão menos incomodados com o risco da generalização ao efetivo exercício de suas funções.

Atenciosamente
(Assinatura)

Maria do Socorro Silva

b)

Eminentíssimo Senhor Promotor de Justiça
Roberto Livianu

Venho de público demonstrar a grata satisfação pelo interesse de Vossa Eminência em refletir e divulgar opiniões sobre um assunto que traz grave consequência para a sofrida população brasileira. Confiantes em ações dessa natureza, servidores públicos quer da área jurídica quer da área administrativa sentir-se-ão menos incomodados com o risco da generalização ao efetivo exercício de suas funções.

Atenciosamente
(Assinatura)

Maria do Socorro Silva

c)

Magnífico Senhor Promotor de Justiça
Roberto Livianu

Venho de público demonstrar a grata satisfação pelo interesse de Vossa Magnificência em refletir e divulgar opiniões sobre um assunto que traz grave consequência para a sofrida população brasileira. Confiantes em ações dessa natureza, servidores públicos quer da área jurídica quer da área administrativa sentir-se-ão menos incomodados com o risco da generalização ao efetivo exercício de suas funções.

Atenciosamente
(Assinatura)

Maria do Socorro Silva

d)

Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça
Roberto Livianu

Venho de público demonstrar a grata satisfação pelo interesse de Vossa Excelência em refletir e divulgar opiniões sobre um assunto que traz grave consequência para a sofrida população brasileira. Confiantes em ações dessa natureza, servidores públicos quer da área jurídica quer da área administrativa se sentirão menos incomodados com o risco da generalização ao efetivo exercício de suas funções.

Atenciosamente
(Assinatura)

Maria do Socorro Silva

e)

Ilustríssimo Senhor Promotor de Justiça
Roberto Livianu

Venho de público demonstrar a grata satisfação pelo interesse de vossa senhoria em refletir e divulgar opiniões sobre um assunto que traz grave consequência para a sofrida população brasileira. Confiantes em ações dessa natureza, servidores públicos quer da área jurídica quer da área administrativa sentir-se-ão menos incomodados com o risco da generalização ao efetivo exercício de suas funções.

Atenciosamente
(Assinatura)

Maria do Socorro Silva

In-
for
mat
ica

21 - Analise as seguintes afirmações sobre Frequência de operação ou *clock* e marque as corretas.

- I) Unidade básica da frequência é o Hertz.
- II) Determina a velocidade da transferência de dados entre os componentes de hardware.
- III) 1 MHz equivale a cem ciclos por segundo.
- IV) Quanto maior a frequência maior o desempenho.

Escolha a alternativa correta.

- a) I e III. b) II e IV. c) II, III e IV. d) I, II e IV. e) I, II, III e IV.

22 - Analise as seguintes afirmações sobre *chipset* e assinale as corretas:

- I) Contém todo o software básico para inicializar a placa-mãe.
- II) É um dos principais componentes lógicos de uma placa-mãe.
- III) Divide-se entre “ponte norte” e “ponte sul”.
- IV) O chipset é quem define, entre outras coisas, a quantidade máxima de memória RAM que uma placa-mãe pode ter.

Escolha a alternativa correta.

- a) I e III. b) II e IV. c) II, III e IV. d) I, II e IV. e) I, II, III e IV.

23 - A resolução de um monitor está relacionada com a sua quantidade de *pixels*. Se a quantidade de *pixels* for aumentada, qual dos itens abaixo está INCORRETO?

- a) A resolução do monitor aumenta.
- b) O tamanho dos pixels diminui.
- c) O tamanho dos ícones diminui.
- d) O tamanho de janelas e menus diminui.
- e) A área útil da tela (área de trabalho) diminui.

24 - Qual das afirmações sobre USB está ERRADA?

- a) Possui o recurso de Hot Swap, permitindo conectar e desconectar dispositivos com o computador ligado.
- b) Permite conectar dispositivos como teclado, mouse e HD externo.
- c) É um padrão de barramento paralelo para conectar dispositivos a um computador.
- d) Permite conectar uma webcam.
- e) A versão 2.0 possui uma taxa de transferência de dados maior do que a versão 1.1.

25 - O termo que representa o programa que fica armazenado em uma memória ROM, localizado na placa mãe é:

- a) CMOS. b) Overclock. c) Sistema operacional. d) BIOS. e) Chipset.

26 - Analise as seguintes afirmações sobre nomenclatura de arquivos e pastas e marque as corretas:

- I) Um nome de arquivo pode ter no máximo 32 caracteres.
- II) O nome de arquivo não pode ter os caracteres ‘?’ e ‘/’.
- III) Um nome de pasta pode ter no máximo 24 caracteres.
- IV) Numa mesma pasta, arquivos podem ter o mesmo nome se tiverem extensões diferentes.

Escolha a alternativa correta.

- a) I e III.
b) II e IV.
c) II, III e IV.
d) I, II e IV.
e) I, II, III e IV.

27 - Uma tecla ou um conjunto de teclas que realizam uma determinada função é um:

- a) Hotkey. b) Ponteiro. c) Menu. d) Argumento. e) Ícone.

28 - Uma ferramenta que permite a manipulação das caixas postais via *web* é conhecida como:

- a) Messenger. b) Webmail. c) Crawler. d) XML. e) Orkut.

29 - Qual o protocolo que é parte do conjunto de protocolos TCP/IP e que permite uma mensagem eletrônica fluir na *Internet*?

- a) OSPF. b) FTP. c) UDP. d) Proxy. e) SMTP.

30 - O grupo de dados trocados entre o navegador e o servidor de páginas, cuja principal função é manter a persistência de sessões HTTP é um(a):

- a) cookie. b) cluster. c) ack. d) password. e) bookmark.

31 - Para fechar um documento editado no Microsoft Word, versão língua portuguesa, é suficiente para o usuário digitar a tecla de atalho:

- a) SHIFT + W. b) SHIFT + S. c) CTRL + W. d) CTRL + S. e) ALT + Z.

32 - O botões  e  do *Microsoft Word* permitem, respectivamente:

- a) Salvar e fechar o documento.
b) Verificar e corrigir ortografia.
c) Contar palavras e fechar documento.
d) Salvar documento e contar palavras.
e) Nenhuma das alternativas.

33 - Sobre o Microsoft Word, versão em língua portuguesa, julgue como correto os itens abaixo:

- I) Um clique duplo sobre uma palavra contida no documento fará com que a mesma seja selecionada. O ato subsequente de clicar no botão  irá remover esta palavra do texto e colocá-la na área de transferência
II) Para sublinhar uma palavra contida no documento, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar essa palavra e pressionar, simultaneamente, as teclas “CTRL” e “S”
III) Para aplicar itálico sobre uma palavra contida no documento é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar essa palavra e pressionar, simultaneamente, as teclas “CTRL” e “T”
IV) As teclas de atalho CTRL + C e CTRL + W correspondem às funções Colar e Copiar, respectivamente.

Escolha a alternativa correta.

- a) I e III.
b) I e IV.
c) I e II.
d) III e IV.
e) II e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIR.

41 - Analise as assertivas abaixo:

CONSTITUCIONAL

- I – Ninguém será levado à prisão ou nela será mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- II – A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- III – O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- IV – A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da Constituição.
- V – Constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I.
- b) I, II e III.
- c) II e IV.
- d) IV e V.
- e) II, IV e V.

42 - A elaboração, redação, alteração e consolidação das leis serão disciplinadas mediante

- a) decreto do Presidente da República.
- b) decreto legislativo.
- c) resolução do Congresso Nacional.
- d) resoluções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- e) lei complementar.

43 - As alternativas abaixo indicam matérias sobre as quais a União tem competência privativa para legislar, EXCETO:

- a) direito agrário.
- b) informática.
- c) procedimentos em matéria processual.
- d) registros públicos.
- e) propaganda comercial

44 - Assinale a alternativa correta na questão seguinte:

Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre

- a) populações indígenas.
- b) sistemas de consórcios e sorteios.
- c) trânsito e transporte.
- d) produção e consumo.
- e) comércio interestadual.

45 - NÃO constitui função institucional do Ministério Público:

- a) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- b) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- d) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência.
- e) Exercer o controle interno da atividade policial.

46 - Preencher as lacunas com a alternativa correta:

O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de ___ membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela ___ do Senado Federal, para um mandato de ___ anos, admitida uma recondução.

- a) 14 – maioria absoluta – dois.
- b) 15 – maioria de dois terços – três.
- c) 13 – maioria simples – quatro.
- d) 12 – maioria absoluta – quatro.
- e) 16 – maioria simples – dois.

47 - Assinale a alternativa que completa corretamente a assertiva:

A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria

- a) relativa do Congresso Nacional.
- b) de dois terços do Congresso Nacional.
- c) de três quintos do Congresso Nacional.
- d) absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- e) de dois terços dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

48 - A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, por parte dos Tribunais, dar-se-á somente pelo voto da maioria

- a) absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- b) simples dos seus membros, presente a maioria absoluta dos seus componentes.
- c) de dois terços dos membros do Tribunal Pleno.
- d) relativa dos seus membros ou dos membros da Câmara respectiva.
- e) de três quintos dos seus membros, presente a maioria absoluta dos seus componentes.

49 - Leia com atenção as assertivas abaixo:

I – As custas judiciais e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

II – Os Estados criarão Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de dois anos e competência para, na forma regimental, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

III – Os Tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estabelecidos especificamente para o Poder Judiciário no contexto do plano plurianual.

IV – A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedados férias coletivas nos juízos e tribunais, e nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes atuarão em plantão permanente.

V - O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I, III e IV.
- b) I e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, IV e V.
- e) V

50 - Assinale a alternativa correta, com relação a assertiva:

A superveniência de lei federal sobre normas gerais, no âmbito da competência concorrente,

- a) revoga a eficácia da lei estadual, com efeitos *ex-nunc*.
- b) anula a eficácia da lei estadual, com efeitos *ex-tunc*.
- c) suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- d) mantém a eficácia da lei estadual, por se tratar da autonomia administrativa do Estado.
- e) desconstitui os efeitos produzidos pela lei estadual, em razão da hierarquia federativa, mas admite a convalidação no caso de revogação de sua vigência.

51 - Assinale a alternativa correta, em relação ao ato administrativo:

- a) A anulação do ato administrativo tem por escopo suprimir ato legítimo e eficaz, mas contrário ao interesse público.
- b) A faculdade de anular os atos administrativos ilegais é uma prerrogativa exclusiva do mesmo agente que os praticou.
- c) O ato administrativo considerado nulo jamais produz efeitos em relação a terceiros.
- d) A revogação é o ato administrativo pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência.
- e) A convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, o vício existente em um ato anulável, com efeitos *ex nunc*.

52 - A revogação de um ato administrativo normativo, quando parcial, denomina-se

- a) derrogação. b) ab-rogação. c) reconvenção. d) ratificação. e) repristinação.

53 - Analise as assertivas abaixo:

- I - O controle do Poder Judiciário em relação aos atos administrativos incide, basicamente, sobre o conteúdo material do ato impugnado.
- II – Os efeitos da anulação do ato administrativo retroagem às origens, invalidando as conseqüências passadas, presentes e futuras do ato impugnado.
- III – Os atos administrativos que exauriram os seus efeitos, poderão ser revogados a qualquer tempo.
- IV – Não podem ser revogados os atos que geraram direitos adquiridos.
- V – A revogação não pode ser feita quando já se exauriu a competência relativamente ao objeto do ato.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) II. b) II, IV e V. c) I, II e III. d) III e V. e) I e III.

54 - No direito positivo brasileiro, a responsabilidade civil do Estado

- a) está fundada na falta do serviço.
- b) funda-se na responsabilidade solidária entre o Poder Público e o servidor.
- c) é predominantemente objetiva.
- d) reproduz a teoria civilista da responsabilidade subjetiva, na medida em que exige a comprovação do dano causado a terceiro por parte do servidor público.
- e) direciona-se às pessoas jurídicas de direito público, excluídas as entidades que recebam delegação da Administração, a qualquer título, para a prestação do serviço público.

55 - Assinalar a alternativa INCORRETA nas asserções abaixo, concernentes ao **poder de polícia**:

- a) Em sentido amplo, o poder de polícia corresponde à atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade ajustando-as aos interesses coletivos.
- b) O poder de polícia que o Estado exerce pode incidir em duas áreas de atuação estatal: na administrativa e na judiciária.
- c) O Poder Legislativo, no exercício do poder de polícia que incumbe ao Estado, cria, através de decretos, regulamentos e instruções, as chamadas limitações administrativas ao exercício das liberdades públicas.
- d) O poder de polícia tanto pode ser discricionário, como vinculado.
- e) Quanto aos fins, o poder de polícia só deve ser exercido para atender ao interesse público.

- 56 - Em relação aos regulamentos, pode-se afirmar que são atos administrativos
- substitutivos da lei, em toda a sua amplitude.
 - de eficácia *interna corporis*, não produzindo efeitos em relação aos administrados.
 - de efeitos concretos, singulares e individualizados.
 - supletivos, complementares ou explicativos da lei.
 - privativos dos órgãos colegiados, devendo ser expedidos após deliberação e aprovação em plenário.

57 - Com base na teoria do órgão, pode-se definir o **órgão público** como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado. Quanto à **posição estatal**, podem ser classificados em **independentes, autônomos, superiores e subalternos**. Julgue, pois, as seguintes assertivas, atribuindo-lhes verdadeiro (V) ou falso (F), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta em relação aos **órgãos superiores**:

I – São os originários da Constituição e representam os Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica e funcional.

II – Estão sujeitos apenas aos controles constitucionais oriundos do princípio da separação dos poderes.

III – Localizam-se na cúpula da Administração Pública e gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica.

IV – Suas atribuições são exercidas por agentes políticos.

V – São órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia; não gozam de autonomia administrativa nem financeira.

A seqüência correta é:

- a) V-V-V-V-F. b) V-V-F-F-F. c) F-F-V-F-V. d) F-F-V-F-F. e) F-F-F-F-V

58 - Assinale a alternativa correta na questão seguinte:

Quanto à maneira como concorrem para satisfazer ao interesse geral, os serviços públicos podem ser classificados em *uti singuli* e *uti universi*. São serviços públicos *uti universi*

- aqueles que a administração presta sem ter usuários determinados, atendendo a coletividade de forma integral.
- os que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário.
- os que não afetam substancialmente as necessidades da comunidade, mas satisfazem interesses comuns de seus membros.
- aqueles divisíveis e mantidos mediante remuneração mensurável e proporcional ao uso individual do serviço.
- os que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos, a exemplo dos serviços comerciais e industriais do Estado (energia elétrica, gás, transportes) e de serviços sociais (saúde, ensino, assistência e previdência social).

59 - A relação objetivamente aferida entre o ato ou omissão administrativa e o prejuízo causado a outrem, para fins de determinação da responsabilidade civil do Estado, denomina-se

- a) fato do príncipe. b) nexo causal. c) fato administrativo. d) ato jurídico. e) ato superveniente.

60 - Assinale a alternativa correta:

O ato administrativo que decorre da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único, denomina-se

- ato composto.
- ato comum.
- ato complexo.
- ato múltiplo.
- ato ratificador.

DIR.
CIVIL

61 - O artigo 6º do Código de Processo Civil dispõe que “ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei”. Analisando essa disposição legal e as assertivas abaixo:

- I - O Ministério Público, ao ajuizar uma ação civil pública, por exemplo, funciona como substituto processual e possui legitimidade ordinária, face ao interesse público revelado pela natureza do direito material que defende.
- II - A associação de classe que impetra mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros age como substituto processual.
- III - O substituto processual é aquele que age em nome próprio, na defesa de interesse alheio.
- IV - Se a parte pleiteia, em nome próprio, o reconhecimento de direito alheio, sem autorização legal, violando, pois, o dispositivo citado no enunciado desta questão, a conseqüência será a extinção do processo com resolução do mérito, com fundamento na carência de ação.
- V - A substituição processual difere da representação processual, porque, na primeira, o substituto defende em nome próprio direito alheio, a exemplo do Ministério Público, enquanto parte; na segunda, defende em nome alheio o direito alheio, como no caso da ação de alimentos promovida por filho menor, representado por sua genitora.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I.
- b) I, II e III.
- c) IV e V.
- d) IV.
- e) II, III e V.

62 - Em relação ao juiz e aos auxiliares da justiça, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Caracteriza-se o impedimento do juiz quando, no processo, estiver postulando, como advogado da parte, seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau.
- b) Caracteriza-se a suspeição de parcialidade do juiz quando este for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes, ou quando tiver oficiado no processo, anteriormente, como perito.
- c) Os motivos de impedimento e suspeição aplicam-se ao órgão do Ministério Público, quando não for parte, e, sendo parte, quando aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- d) Os motivos de impedimento e suspeição aplicam-se ao serventuário de justiça, ao perito e ao intérprete.
- e) É incumbência do escrivão fornecer, independentemente de despacho judicial, certidão de qualquer ato ou termo do processo, observado o disposto no artigo 155 do Código de Processo Civil, que trata dos feitos que tramitam em segredo de justiça.

63 - Julgue verdadeira (V) ou falsa (F) as assertivas seguintes:

- I - Em caso de desistência da ação, a sentença será definitiva de mérito e ocasionará a coisa julgada material.
- II - Haverá sentença com resolução de mérito nas seguintes situações: juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; réu reconhecer a procedência do pedido; transação entre as partes; juiz pronunciar a preempção, decadência ou prescrição; o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- III - A citação para as ações relativas a casamento, separação judicial, divórcio, pátrio poder, tutela, curatela, interdição e declaração de ausentes é feita, via de regra, pelo correio.
- IV - A citação pode ser dispensada, proferindo o juiz sentença liminar, quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- V - Os prazos para o Ministério Público contestar e recorrer serão computados em dobro e em quádruplo, respectivamente. Em relação às partes litisconsorciadas que possuam diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, recorrer e, de modo geral, falar nos autos.

A seqüência correta é

- a) V-V-V-F-V.
- b) F-V-F-V-F.
- c) F-F-F-V-F.
- d) F-V-F-F-V.
- e) V-V-F-F-F.

64 - Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Após a citação e o saneamento do processo, no procedimento ordinário, a alteração do pedido ou da causa de pedir não poderá ser feita sob qualquer hipótese, ainda que haja a anuência tácita ou expressa do réu, em virtude do princípio da estabilização da lide.
- b) Após a contestação, é lícito deduzir novas alegações quando competir ao juiz conhecer delas de ofício; matérias, portanto, que não sofrem preclusão.
- c) O recebimento da exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de impedimento ou suspeição do juiz, suspende o processo principal, até que seja definitivamente julgada. Durante a suspensão, é defeso praticar qualquer ato processual, podendo o magistrado, todavia, determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar danos irreparáveis.
- d) Toda causa deve ter um valor certo atribuído, ainda que não haja conteúdo econômico imediato. A impugnação ao valor da causa poderá ser feita, pelo réu, no prazo da contestação, ocasionando a suspensão do processo principal para a oitiva do autor e, se necessário, do auxílio de perito. A decisão acerca da impugnação possui natureza interlocutória.
- e) Em relação à reconvenção, não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.

65 - Analise as assertivas abaixo:

- I - Ao indeferir a petição inicial por inépcia, pode o juiz, diante da apelação, exercer o juízo de retratação.
- II - A contestação, a reconvenção e a exceção são modalidades de resposta e devem ser oferecidas, simultaneamente, em peças autônomas, sob pena de preclusão.
- III - Em razão do princípio da eventualidade ou da concentração, o réu deve alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões fáticas e jurídicas com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- IV - A ausência de resposta do réu validamente citado, seja pessoa física ou jurídica, ente privado ou público, tal como o Estado ou Município, ocasiona a presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, autorizando o julgamento antecipado da lide e a fluência de prazos independentemente de intimações cartorárias, em virtude da revelia.
- V - A alegação perempção, litispendência, coisa julgada e incompetência absoluta constituem defesas processuais indiretas.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I e V.
- b) I, III e V.
- c) I, II e III.
- d) IV.
- e) II, III e V.

66 - Sobre a antecipação dos efeitos da tutela de mérito e o julgamento antecipado da lide, é INCORRETO afirmar que:

- a) A tutela antecipada trata-se de um pedido de natureza satisfativa, o qual pode ser concedido de ofício, desde que, existindo prova inequívoca, o juiz se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.
- b) A providência que antecipa a tutela é meramente provisória, porquanto poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- c) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, o juiz poderá, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado, o que demonstra aplicação dos princípios da fungibilidade e da instrumentalidade das formas.
- d) Quando o juiz pronunciar a prescrição da ação, haverá o julgamento conforme o estado do processo, que será extinto com resolução do mérito.
- e) No julgamento antecipado da lide, o juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, quando a questão de mérito for apenas de direito, ou, sendo de direito e de fato, for prescindível a produção probatória em audiência.

67 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A coisa julgada material, que evita a perpetuação do processo, consiste na eficácia, que torna imutável a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- b) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- c) As sentenças que julgam procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública estão sujeitas ao reexame necessário, dependendo, pois, de apelação para serem remetidas ao tribunal.
- d) É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- e) Considera-se fraude à execução a alienação ou oneração de bens, quando sobre eles pender ação fundada em direito real.

68 - Quanto aos recursos, julgue verdadeiros (V) ou falsas (F) as assertivas.

- I - O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público. O terceiro prejudicado, porém, deve demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial. O Ministério Público, por sua vez, tem legitimidade para recorrer apenas nos processos em que funcionou como parte, e não naqueles em que oficiou como *custos legis*, caso em que se submete à remessa necessária.
- II - O recurso adesivo é admissível na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- III - A desistência do recurso pode ser feita sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, e a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- IV - Constituem requisitos de admissibilidade dos recursos a tempestividade, o preparo (salvo nos casos legais de isenção), a legitimidade, o interesse e a regularidade formal.
- V - Pelo efeito expansivo da apelação, o recuso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, abrangendo inclusive interesses distintos ou opostos.

À seqüência correta é:

- a) V-V-V-F-F.
- b) F-F-V-V-F.
- c) V-V-F-F-V.
- d) V-F-V-F-V.
- e) F-V-V-V-F.

69 - Acerca dos recursos, analise as assertivas:

- I - A apelação possui os efeitos devolutivo e suspensivo. Será, todavia, desprovida do efeito suspensivo quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela. A decisão acerca do recebimento deste recurso é de natureza interlocutória, impugnável apenas mediante agravo retido, que, neste caso, prescinde de preparo, sob pena de deserção.
- II - Se a apelação for recebida apenas no efeito devolutivo, o apelado poderá, desde logo, promover a execução provisória da sentença.
- III - Se o agravo de instrumento for manifestamente improcedente, o relator poderá, em decisão monocrática, negar-lhe seguimento. Em caso contrário, deverá atribuir-lhe efeito suspensivo ou conceder a antecipação de tutela recursal, total ou parcialmente.
- IV - Os embargos infringentes são cabíveis quando o acórdão unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, ou for omitido ponto sobre o qual deveria se pronunciar o juiz ou tribunal. Ambas as espécies suspendem os prazos para a interposição de outros recursos, no procedimento ordinário.
- V - O recurso especial e o recurso extraordinário possuem efeito apenas devolutivo e não são admissíveis quando interpostos de acórdão de agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I e II.
- b) III e IV .
- c) I.
- d) II.
- e) III e V.

70 - Sobre os direitos do advogado, previstos no Código de Processo Civil e no Estatuto da OAB, pode-se afirmar que:

- I - A renúncia ao mandato pode ser feita a qualquer tempo, desde que o advogado cientifique o magistrado, a fim de que este nomeie um substituto.
- II - A procuração *ad judicium*, se for conferida por instrumento público, habilita o advogado a praticar todos os atos necessários do processo, inclusive transigir e reconhecer a procedência do pedido, mesmo que não haja poderes especiais expressos.
- III - O advogado sem procuração tem o direito de examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de quaisquer processos, salvo aqueles que tramitam em segredo de justiça.
- IV - Apesar da hierarquia existente entre juízes e advogados, estes podem dirigir-se àqueles, nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário prévio marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada.
- V - O advogado pode requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- a) I.
- b) I, II e IV.
- c) III.
- d) I, III e IV.
- e) III e V.

71 - De acordo com o Código de Processo Penal, a representação

- a) será sempre retratável, dependendo do juízo de oportunidade e conveniência do ofendido.
- b) é irretratável em qualquer hipótese.
- c) será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- d) será irretratável, depois que o Juiz receber a denúncia.
- e) é retratável até a sentença.

72 - A ação penal, como regra, é

- a) pública condicionada à representação.
- b) pública incondicionada.
- c) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
- d) privada.
- e) personalíssima.

73 - Quanto à eficácia temporal da lei processual penal, o legislador pátrio adotou o princípio da

- a) ubiqüidade.
- b) retroatividade.
- c) ultratividade.
- d) territorialidade.
- e) aplicação imediata.

74 - Analise as assertivas abaixo:

I - no processo penal, o princípio da identidade física do juiz só vigora nos processos instaurados para apurar crimes punidos com reclusão.

II - O membro do Ministério Público pode sempre apelar de sentença absolutória, ainda que se trate de sentença proferida em processo por crime de ação penal privada exclusiva.

III - O Ministério Público não poderá desistir do recurso que haja interposto.

IV - O juiz dar-se-á por suspeito se for amigo íntimo do advogado do réu.

Está (ão) correta (s) apenas:

- a) III.
- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) IV.
- e) I, III e IV.

75 - Em relação às nulidades processuais assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ocorrerá nulidade nos casos de incompetência, suspeição ou suborno do juiz.
- b) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juízo competente.
- c) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- d) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte só poderá ser sanada até o momento da produção da prova testemunhal.
- e) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam conseqüência.

76 - Com relação aos recursos no processo penal, julgue verdadeiras (V) ou falso (F), as seguintes assertivas:

I - O processo da carta testemunhável na instância superior seguirá o processo do recurso denegado.

II - Dentro de 5 (cinco) dias, contados da interposição do recurso em sentido estrito, ou do dia em que o escrivão, extraído o traslado, o fizer com vista ao recorrente, este oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.

III - Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

IV - De acordo com o princípio da fungibilidade dos recursos, a parte não será prejudicada pela interposição equivocada de um recurso por outro, desde que não haja má-fé ou erro grosseiro.

A seqüência correta é:

- a) V-F-V-V. b) V-V-F-V. c) F-F-V-F. d) F-F-V-V. e) V-F-F-V.

77 - Analise as afirmações abaixo, relacionadas com a sentença criminal:

I - A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.

II - A indicação dos artigos de lei aplicados é um dos requisitos da sentença.

III - A sentença será publicada em mão do escrivão, que lavrará nos autos o respectivo termo, registrando-a em livro especialmente destinado a esse fim.

Está (ão) correta (s):

- a) I e II. b) I. c) II. d) II e III. e) I, II e III.

78 - Do não recebimento da denúncia, caberá

- a) apelação. b) recurso em sentido estrito. c) carta testemunhável.
d) embargos declaratórios. e) correição parcial.

79 - Marque a alternativa correta, com relação aos sujeitos da relação processual:

- a) Ao órgão do Ministério Público incumbirá prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública.
- b) O juiz dar-se-á por suspeito e não poderá exercer a jurisdição no processo em que ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- c) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.
- d) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida mesmo quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- e) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consangüíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o segundo grau, inclusive.

80 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que recusar.
- b) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.
- c) A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.
- d) Considerar-se-á á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 60 (sessenta) dias seguidos.
- e) O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.

81 - Em relação aos órgãos do Poder Judiciário, analise as assertivas abaixo:

- I – O Superior Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário de última instância em matéria não-especial, de natureza infraconstitucional.
- II – O Conselho Nacional de Justiça é órgão máximo do Poder Judiciário em relação às matérias que visem ao controle da atuação administrativa e financeira dos magistrados e respectivos tribunais, não podendo, contudo, atuar em matéria jurisdicional.
- III – O juiz de direito e o juiz federal são órgãos do poder judiciário, já o juiz eleitoral é mero servidor do Poder Judiciário, devido a temporariedade das suas funções.
- IV – A Corregedoria Geral de Justiça é órgão do Poder Judiciário.

Estão INCORRETAS:

- a) I e II. b) II e IV. c) III e IV. d) II e III. e) I, II e III.

82 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba é formado por 19 (dezenove) desembargadores.
- b) A Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba é órgão de função administrativa, disciplinar, de orientação e fiscalização, exercida por um desembargador e auxiliada por juízes de direito que acumularão as funções da corregedoria com as jurisdicionais.
- c) O Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba será substituído, em seus impedimentos, pelo desembargador mais antigo em exercício.
- d) A Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba tem como uma das suas atribuições a colaboração com a Presidência do Tribunal na uniformização de critérios de processamento e julgamento de concursos públicos para servidores de primeiro e segundo graus.
- e) O Tribunal Pleno é o órgão máximo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

83 - Analise as assertivas seguintes, com base no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e da Lei de Organização Judiciária paraibana:

- I – Todo município deve conter, no mínimo, uma serventia judicial.
- II – O analista pode reter numerário resultante de um ato judicial por até 5 (cinco) dias úteis, desde que embasado em motivo que justifique a retenção.
- III – O servidor tem o dever de cumprir todas as ordens de seus superiores, exceto as manifestamente ilegais.

Está(ão) correta(s):

- a) I. b) I e II. c) I e III. d) III. e) I, II e III.

84 - A demissão de servidor do Tribunal de Justiça da Paraíba deve ser aplicada nos seguintes casos, EXCETO:

- a) Quando o servidor cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa.
- b) No abandono do cargo.
- c) Na prática de improbidade administrativa.
- d) Quando exercer, paralelamente ao cargo público, a advocacia.
- e) Quando utilizar computador, papel, impressora e tinta pertencentes ao Tribunal para imprimir material particular.

85 – Associe as infrações abaixo às respectivas penalidades, segundo a Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba.

I – Opor resistência injustificada ao andamento do processo.

II – Coagir subordinado para se filiar a partido político.

III – Utilizar servidor do Tribunal em atividades particulares.

a) I – advertência; II – censura; III – censura.

b) I – censura; II – advertência; III – demissão.

c) I – advertência; II – advertência; III – demissão.

d) I – censura; II – demissão; III – censura.

e) I – censura; II – censura; III – demissão.

86 - O servidor que recusa fé a documento público deve ser punido com

a) demissão.

b) advertência.

c) suspensão.

d) censura.

e) remoção.

87 - João é analista judiciário da 2ª Vara Cível da Comarca de João Pessoa – PB. Uma ação ajuizada por seu primo, que é filho da irmã do seu pai, foi distribuída para a Vara na qual João exerce suas funções.

Com base neste enunciado, assinale a alternativa correta:

a) João não pode atuar no processo, pois está impedido, devido ao parentesco com a parte.

b) João pode atuar normalmente no processo, já que os impedimentos se aplicam apenas ao Juiz.

c) João pode atuar no processo, pois as relações de parentesco não podem ser levadas em consideração na definição de parcialidade.

d) João pode atuar no processo, pois o parentesco em questão não implica em seu impedimento.

e) João não pode atuar no processo, pois existe uma causa legal de suspeição.

88 - Analise as assertivas abaixo:

I – Parentesco da parte com o servidor na linha reta, em 4º (quarto) grau, gera o seu impedimento para atuar no processo.

II – O servidor que possuir interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes não pode atuar, pois é suspeito.

III – O servidor que tiver sido arrolado como testemunha em um processo é impedido de atuar no mesmo, inclusive antes de prestar o seu depoimento.

Está(ão) correta(s):

a) I.

b) II.

c) I e II.

d) II e III.

e) I, II e III.

89 - São deveres dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, EXCETO:

a) Permanecer até uma hora após o horário de expediente, para garantir o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo, sempre que houver muitos processos em atraso.

b) Levar ao conhecimento da autoridade superior todas as irregularidades de que tiver conhecimento em função de seu cargo.

c) Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.

d) Observar as normas legais e ser leal aos órgãos a que servir.

e) Residir na localidade do seu cargo.

90 - São comarcas de 2ª (segunda) entrância na Paraíba, EXCETO:

a) Areia.

b) Itabaiana.

c) Monteiro.

d) Patos.

e) Alagoa Nova.

96 - Analise as assertivas, quanto aos requisitos da citação por edital:

I – O edital deve ser afixado na sede do juízo.

II – A publicação dos editais de citação deve se dar no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

III – A publicação do edital deve ser realizada pelo menos duas vezes no órgão oficial e duas vezes no jornal local, onde houver.

Está(ão) correta(s):

- a) I. b) II. c) I e II. d) I, II e III. e) I e III.

97 - Analise as assertivas abaixo:

I – Todos os processos, exceto os distribuídos eletronicamente, estão sujeitos a registro.

II – Havendo mais de um escrivão no juízo, a distribuição será concentrada em um deles, cabendo aos demais a tramitação ordinária.

III – Os atos processuais praticados pelos serventuários do judiciário possuem forma livre, exceto quando houver previsão legal de forma específica.

Está(ão) correta(s):

- a) I. b) I e II. c) II. d) I e III. e) III.

98 - São requisitos do auto de penhora, EXCETO:

a) A motivação pela qual a penhora é realizada.

b) O dia, mês, ano e lugar em que é realizada.

c) Nome do credor.

d) Nome do devedor.

e) A nomeação do depositário dos bens, que pode ser o próprio devedor.

99 - As certidões de intimações devem conter, obrigatoriamente:

I – Indicação do lugar e a descrição da pessoa intimada, mencionando sempre o número de sua carteira de identidade e o órgão que a expediu.

II – A declaração de entrega da contrafé.

III – A nota de ciência ou certidão de que o interessado não a apôs no mandado.

Está(ão) correta(s):

- a) I.
b) II.
c) III.
d) I, II e III.
e) II e III.

100 - São requisitos da carta de arrematação:

I – Descrição do imóvel, com remissão à sua matrícula e registros.

II – Cópia do auto de arrematação.

III – Prova de quitação do imposto de transmissão.

IV – O título executivo.

Estão corretas:

- a) I e II. b) I, III e IV. c) I, II e III. d) I, II e IV. e) I, II, III e IV.

SUPERIOR
PROVA TIPO 1